

CRIMINOLOGIA E PRISÃO: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional // Ana Gabriela Mendes Braga¹

Palavras-chave

Criminologia / Prisão / Pesquisa empírica / Metodologia

////////////////////////////////////

Sumário

- 1 **Introdução**
- 2 **Metodologia**
 - 2.1 Entrevistas
 - 2.2 Pesquisa documental
 - 2.3 Relatos etnográficos
- 3 **Criminologia enquanto um saber empírico e interdisciplinar: a questão do método**
- 4 **Pesquisa empírica na prisão**
- 5 **Os muros da prisão e a entrada do pesquisador**
- 6 **Reintegração social: recorte do objeto**
- 7 **O campo de pesquisa**
- 8 **O pesquisador e o voluntário: mediadores de dois mundos**
- 9 **O impacto da sociedade civil na prisão**
- 10 **Catalunha e São Paulo: contrastes e matizes**
- 11 **Considerações Finais: a permanência no cárcere e o jogo da prisão**
- 12 **Referências**

Resumo

O presente artigo é um dos frutos da pesquisa de doutoramento “Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado”, na qual foram analisados alguns projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil em estabelecimentos prisionais de São Paulo e da Catalunha (Espanha). Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa de pesquisa, com o emprego de três métodos: entrevistas semidirigidas com os envolvidos direta e indiretamente com os projetos (voluntários, presos, diretores de entidades, funcionários da prisão); pesquisa documental (projetos, memoriais, manuais); e, relatos etnográficos produzidos a partir da observação *in loco* do trabalho desenvolvido pelas entidades selecionadas nos estabelecimentos prisionais. Neste *paper*, ganha destaque a questão do método em criminologia e as reflexões acerca da pesquisa empírica na prisão. Em uma pesquisa situada em um espaço tão hermético como a prisão, explicitar os caminhos de inserção do campo é um exercício que desvela os mecanismos de poder em funcionamento, e acaba por levar o pesquisador de volta ao objeto da própria tese. Afinal, muitos dos empecilhos e barreiras criadas para a entrada do pesquisador na prisão são os mesmos com que se deparam as entidades e pessoas da sociedade civil. Esse artigo é uma reflexão acerca dos caminhos e dos desafios vivenciados por aqueles que adentram o espaço prisional enfrentando o isolamento impostos por seus muros.

1. Doutora e mestre em Criminologia e Direito Penal pela Universidade de São Paulo com estágio doutoral junto ao Departamento de Antropologia da *Universitat de Barcelona* como bolsista do Programa PDEE da CAPES. Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL) e o projeto de Extensão CADEIA na Cadeia Feminina de Franca. Coordenadora da pesquisa “Dar à luz na sombra” – Projeto “Pensando o Direito” (SAL–Ministério da Justiça e IPEA) acerca do exercício de maternidade das mulheres em situação de prisão.

CRIMINOLOGY AND PRISON: methods and challenges of empirical research in prison field // *Ana Gabriela Mendes Braga*

Keywords

criminology / prison / empirical research / methodology

////////////////////////////////////

Abstract

This article is one of the outcomes of doctoral research “Social reintegration: discourses and practices in prison - a comparative study”, in which we analyzed some projects developed by civil society organizations in prisons in São Paulo and Catalonia (Spain). To this end, we used qualitative research methodology. Through interviews with people involved, directly and indirectly, with the projects (volunteers, inmates, prison officials), documentary research (projects, memorials, manuals) and some ethnographic accounts of the work of the selected entities in prisons. In this paper, the question of method in Criminology is highlighted, as are reflections on empirical research in prison. In a research located in such a restrictive space as prison, explaining the ways of inserting the field is an exercise that reveals the mechanisms of power in operation and eventually leads the researcher back to the subject of the thesis itself. After all, many of the obstacles and barriers to enter the prison faced by the researcher are the same faced by organizations and individuals from civil society. This article is about the paths and challenges experienced by these people in order to reduce segregation and isolation imposed by prison walls.

1 Introdução

O presente artigo é um dos frutos da pesquisa de doutoramento “Reintegração social: discursos e práticas na prisão – um estudo comparado” (Braga, 2012), na qual foram analisados alguns projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil em estabelecimentos prisionais de São Paulo e da Catalunha (Espanha), que contou com bolsa da CAPES nos dez meses de período sanduíche no Departamento de Antropologia da *Universitat de Barcelona* em 2010-2011.

Essa investigação partiu do desejo de “fazer alguma coisa” *pelo* (e portanto, dentro da minha perspectiva, *contra*) o sistema prisional, uma tentativa de por luz em “projetos que fazem do cárcere menos cárcere”. A escolha desse foco atendeu a uma forte expectativa pessoal de encontrar grupos para compartilhar as experiências de atuação no cárcere vivenciadas na coordenação adjunta do Grupo de Diálogo Universidade–Cárcere–Comunidade² (GDUCC), hoje Projeto de Extensão da Faculdade de Direito da USP.

A participação no GDUCC possibilitou um contato permanente com o espaço prisional, já que por mais de quatro anos realizei visitas semanais em estabelecimentos prisionais do Estado de São Paulo. Essa proximidade física com o cárcere foi essencial não só para o desenvolvimento da presente pesquisa, mas para que eu pudesse ler as teorias criminológicas à luz da realidade prisional sobre a qual atuava, em seu contexto específico. A partir daí, pude repensar os pressupostos que me guiavam, evitando construir um saber acerca da prisão sob uma perspectiva unicamente teórica, e distante da realidade intramuros.

A pesquisa foi desenhada a partir da convicção de que a pesquisa empírica seria o instrumento mais adequado para pensar na relação sociedade civil–cárcere. Tal certeza veio pelo conhecimento teórico e prático do campo prisional, somado à percepção de que uma contribuição original à discussão criminológica passaria pela compreensão específica de uma realidade. Nesse sentido, a metodologia qualitativa e a produção etnográfica aparecem como ferramentas importantíssimas para captar discursos e práticas do

mundo prisional, e dele com seu entorno, como será discutido em seguida.

Entre os anos de 2009 e 2012 foi feito um levantamento de intervenções da sociedade civil no cárcere, as quais foram posteriormente analisadas à luz do conceito de reintegração social. O objetivo foi conhecer algumas das formas com que a sociedade civil tem se relacionado com o cárcere, a fim de compreender quais estratégias, discursos e práticas são mobilizadas na intervenção da sociedade nesse espaço.

2 Metodologia

Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa de pesquisa, com emprego de três métodos: a) entrevistas semidirigidas com os envolvidos direta e indiretamente com os projetos (voluntários, presos, diretores de entidades, funcionários da prisão); b) pesquisa documental (projetos, memoriais, manuais) e c) relatos etnográficos produzidos a partir da observação *in loco* do trabalho desenvolvido pelas entidades selecionadas nos estabelecimentos prisionais.

2.1 Entrevistas

Buscou-se entrevistar³ no mínimo oito pessoas relacionadas a cada projeto: dois membros da sociedade civil participantes, dois presos participantes, um preso não participante, o coordenador ou outra pessoa que responda pelo projeto, o diretor do estabelecimento penitenciário e ao menos um funcionário do estabelecimento prisional onde o projeto é realizado. Ao final realizaram-se *trinta e duas entrevistas*, além de inúmeras conversas informais com presos e funcionários do sistema.

Nas entrevistas, foram abordados três temas centrais: informações sobre o projeto (objetivos, bases teóricas e dificuldades); a prática da reintegração social – como ocorre a interação entre sociedade civil e presos (estratégias e métodos); e, o impacto do projeto na vida das pessoas e instituições envolvidas.

3. Todas as pessoas entrevistadas autorizaram o uso das informações na pesquisa, mediante a assinatura do “termo de consentimento livre e esclarecido”. Ainda assim, a identidade dos entrevistados foi preservada pelo uso de pseudônimos, com exceção dos pesquisadores e professores que colaboraram com a pesquisa.

2. Vinculado ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Universidade de São Paulo.

Em algumas entrevistas foi feito o uso de gravador⁴, porém, na maioria delas foi aberto mão desse recurso diante do constrangimento e perda de espontaneidade dos interlocutores frente ao aparelho. Certamente, há uma grande diferença na precisão dos dados colhidos com o gravador, principalmente no tocante à transcrição de expressões utilizadas pelo entrevistado. Contudo, o uso do gravador, principalmente em ambientes prisionais, é mais um obstáculo à conquista da confiança do entrevistado e à verbalização de certos temas (normalmente, de discursos abafados pela prisão e por outros presos). Ademais, portar um gravador nas entrevistas realizadas na prisão não facilitaria a entrada no campo; logo, quando a negociação estava difícil, essa possibilidade não era sequer mencionada. Em compensação, nos anos da pesquisa, foram preenchidos quase uma dezena de cadernos de campo, os quais contêm entrevistas, impressões e relatos de inúmeras idas ao cárcere.

Foi utilizado o *modelo semiestruturado de entrevista*⁵, que permitiu focar nos assuntos que interessavam à pesquisa e, ao mesmo tempo, deixar espaço para que meus interlocutores falassem o que julgavam importante. Essa técnica possibilitou ainda que outras temáticas conexas aparecessem na fala dos entrevistados e fossem agregadas aos roteiros de entrevista no decorrer da pesquisa. A elaboração dos roteiros de entrevista foi importante instrumento para refletir quais eram as indagações da pesquisa, porém, a experiência no campo mostrou que a entrevista fluía melhor quando mais solta, quando se deixava o entrevistado conduzi-la a partir de sua perspectiva, dizer o que acha importante ser dito. Portanto, a tendência adotada nas entrevistas, foi o uso do roteiro apenas como um norte, privilegiando assim uma abordagem menos dirigida. Esse tipo de abordagem mais flexível mostrou-se uma melhor estratégia do que a pergunta direta, que foi utilizada nas primeiras

entrevistas, para se chegar às concepções mais sutis.

Ademais, em uma pesquisa que discute a reintegração social, colocou-se como condição de possibilidade de pesquisa e como imperativo ético escutar aos presos, dando-lhes a oportunidade de falar da atividade da qual participavam e submeter o outro (nesse caso, o voluntário) à avaliação. Ainda que essa estratégia buscasse de alguma forma mexer com a posição que os presos ocupavam como objetos preferenciais e permanentes de investigações e exames, a pesquisadora atua com uma vontade de *saber* – com consciência da impossibilidade de se despir do papel de investigadora e de um modo de fazer *inquisitorial* (Ginzburg, 1991).

2.2 Pesquisa documental

Foi ainda realizada uma *análise documental* dos memoriais, projetos, conteúdos de *sites*, relatórios, pesquisas acerca das ações da sociedade civil no cárcere. Os documentos foram obtidos a partir de pesquisas na internet e bibliotecas especializadas e de pedidos junto às entidades da sociedade civil e às instituições públicas ligadas à questão prisional.

2.3 Relatos etnográficos

Para além da importância de entrevistar os voluntários, era imprescindível acompanhar suas ações no espaço prisional, contextualizar suas falas, ver a dinâmica que se cria nessa interação. Além das entrevistas e documentos, quando foi possível o acesso, acompanharam-se alguns momentos da execução do projeto no espaço prisional, a partir dos quais foram produzidos *relatos etnográficos*. Esse método foi utilizado principalmente na Catalunha, onde foi possível acompanhar a entrada de todos os quatro grupos analisados (com exceção de um que não existe mais) e visitar sete estabelecimentos prisionais. No campo paulista, os relatos etnográficos ficaram limitados à experiência com o GDUCC, a qual rendeu uma série de registros em cadernos de campo durante os seis anos de ligação com o projeto.

Muitos dados e reflexões resultaram da referida pesquisa. Para o presente artigo, optou-se por enfatizar a questão do método em criminologia e da pesquisa empírica na prisão. De início, serão focadas a importância da pesquisa empírica nos estudos sobre a

4. As entrevistas iniciais, realizadas no primeiro semestre de 2010, foram feitas com gravador. Isso estará indicado no decorrer do texto, devido à diferença na forma de registro da entrevista. Todas as demais foram transcritas nos cadernos de campo, a partir do roteiro de entrevista.

5. Elaboraram-se cinco roteiros de entrevista: começando por um núcleo comum a todos os entrevistados, seguido de quatro específicos, voltados para: coordenador do projeto, membros da sociedade civil participantes, presos participantes e não participantes, diretor do presídio/ funcionário da instituição prisional.

prisão e as dificuldades da entrada do pesquisador nesse espaço. Em seguida, discutir-se-ão as dificuldades que as entidades da sociedade enfrentam para permanecer no cárcere e a proximidade da figura do voluntário com a do pesquisador no cárcere. Ao final, serão apresentados alguns resultados auferidos pela pesquisa, relacionados ao impacto do voluntário penitenciário e à prática da reintegração social.

3 Criminologia enquanto um saber empírico e interdisciplinar: a questão do método

A criminologia pode ser conceituada a partir de diferentes perspectivas, tantas quantos os saberes que a compõem. A visão criminológica de um jurista será distinta da do sociólogo, da do psicólogo, da do antropólogo, da do cientista político, etc.; cada um desses campos produz reflexões a partir de conceitos, vocabulários e metodologias próprias. Ademais, a criminologia, como uma ciência humana e social, está ancorada nas possibilidades epistemológicas da sociedade na qual é produzida e, portanto, em constante modificação.

Para autores importantes no debate da criminologia no âmbito do direito no Brasil (Dias & Andrade, 1997; Garcia-Pablos de Molina, 1999; Sá, 2011; Shecaira, 2012) o empirismo e a interdisciplinariedade caracterizam a produção criminológica. Nesse sentido é a definição de Garcia-Pablos de Molina (1999, p. 43):

uma ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e social, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito

Outros autores pautam suas definições em torno temáticas que são próprias do saber criminológico. Como os norte-americanos Edwin H. Sutherland &

Donald Cressey (1996) que definem a criminologia como “o corpo de conhecimentos que considera o crime e a delinquência juvenil como fenômenos sociais. Que inclui em seu âmbito de análise o processo de criação das leis, de violação das leis e de reação à violação das leis.” (p. 3). Ou ainda de acordo com Paul Tappan (2009), para quem a criminologia é um saber multidisciplinar que une pesquisadores de diferentes abordagens e tem como principal tema de estudo: i) produção da lei penal; ii) quebra das leis; iii) reação da sociedade à quebra das leis.

Sob o viés jurídico, a criminologia é pensada em relação com a dogmática penal e a política criminal. Nesse sentido, o empirismo e a interdisciplinariedade figuram como elementos diferenciadores da criminologia em relação às outras produções na área das ciências criminais e define o papel da criminologia na articulação com a dogmática e política criminal.

Segundo Baratta (1981), até 1930 a criminologia era peça chave do modelo integral de ciência penal. Até esse período havia convergência entre a dogmática e a criminologia positivista no que tocante à legitimação e finalidades do sistema penal:

Com o declínio da “gesamtestrafrechtswissenschaft”⁶ durante os anos trinta começa na Alemanha e na Itália o domínio das correntes técnico-jurídicas (Beling, Rocco), que exaltam a independência científica da dogmática penal em relação às disciplinas antropológicas e sociológicas. Esse isolamento aparece até os nossos dias e só recentemente é que presenciamos tentativas sérias para superá-lo. (Baratta, 1981, p. 6)

Com o declínio do positivismo criminológico, a dogmática penal se desenvolve independentemente da produção empírica. A ruptura da convergência entre os saberes criminológicos e dogmáticos se acentua a partir da segunda metade do século passado, momento em que parte da criminologia passa a questionar os discursos e práticas do sistema de justiça, denunciando seu caráter seletivo e violento e a inconsistência das finalidades declaradas da pena.

Nos anos 60 do século passado, o surgimento do paradigma da reação social causa uma ruptura⁷ com a tradição etiológica da criminologia de então, preocupada com as causas do crime. Os criminólogos – mais tarde denominados críticos – procurarão entender o próprio processo de criminalização: quem constrói a realidade criminal, de que forma o faz e quem o sistema penal visa a atingir. O objeto por excelência dessa criminologia deixa de ser o homem e passa a ser o sistema de controle.

Um paradigma⁸ não só determina os métodos, valores e crenças de uma determinada comunidade científica, mas também os problemas que deve enfrentar e seu objeto de estudo; ele é constitutivo da atividade científica:

Ao aprender um paradigma, o cientista adquire ao mesmo tempo uma teoria, métodos e padrões científicos... Por isso, quando os paradigmas mudam, ocorrem alterações significativas nos critérios que determinam a legitimidade tanto dos problemas quanto das propostas. (Kuhn, 2005, p. 144)

A mudança de problemas e de propostas ocorre à medida que novas interfaces surgem na construção do saber criminológico. Enquanto a criminologia positivista esteve ligada mais estritamente ao saber médico, a criminologia da reação social passou a ser construída a partir de saberes e métodos emprestados das ciências sociais, em especial da sociologia e antropologia.

A interdisciplinaridade intrínseca ao saber criminológico desloca este para fora do âmbito jurídico. Não há como se fazer criminologia sem o auxílio de conceitos – e principalmente – de metodologias de outras

áreas das ciências humanas. O desafio do fazer criminológico é construir, a partir dessas metodologias, ferramentas metodológicas próprias que alcancem seu objeto de estudo, objeto este que se oculta. De tal sorte, que a produção do saber criminológico depende do acesso às instituições e atores do sistema criminal, de estatísticas criminais fiáveis, assim como, de construção de relações de intimidade, confiança e colaboração, partir das quais se pode aproximar dos fenômenos em torno do crime e da reação social.

É justamente a combinação de métodos de outras ciências humanas direcionada a um objeto específico que dá unidade ao saber criminológico. Nesse sentido, a criminologia pode ser definida a partir de seu eixo temático, que poderia ser sintetizado como o estudo das instituições e dos atores direta ou indiretamente envolvidos com o sistema de justiça criminal.

Em algumas regiões, a criminologia tem um lugar já consolidado na academia. É o caso, por exemplo, do Canadá, Estados Unidos e diversos países da Europa Ocidental, onde existe uma série de programas de graduação e pós-graduação específicos em criminologia, além de institutos de pesquisa especializados no tema.

Ainda que no Brasil possamos notar uma tendência à especialização nos programas atualmente oferecidos por nossas Universidades, a produção do conhecimento criminológico ainda ocorre de forma dispersa em diversas áreas. Essa dispersão é um dos fatores que dificulta o reconhecimento das especificidades da Criminologia, como um saber com combinação única de métodos e de abordagens próprias.

O fato de que grande parte da produção criminológica do Brasil não está nomeada como criminologia, mas como produções de direito penal, direitos humanos, sociologia da violência, sociologia das instituições, antropologia jurídica, antropologia social, psicologia clínica, psicologia social, etc., não facilita o encontro e troca entre esses pesquisadores, que seria fundamental para o desenvolvimento e propagação de uma área de conhecimento.

Ainda com os riscos e perigos de estar em um “não lugar”, é essa mesma posição que permite uma análise multifacetada de um objeto tão complexo e que

7. Thomas Kuhn (2005) mudou o rumo da filosofia da ciência com o consagrado ensaio *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado pela primeira vez em 1962, no qual propõe que a evolução da ciência não se dá por continuidade, como até então acreditava-se, mas por rupturas. Por essa perspectiva, uma revolução científica ocorre a partir de uma mudança paradigmática, a qual é essencial para a evolução e maturação de uma ciência.

8. Um paradigma consiste em uma forma própria de ver e analisar o mundo, nos dizeres de Thomas Kuhn “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (Kuhn, 2005, p. 221).

possibilita a junção de óticas diversas e complementares – razão de ser da criminologia.

Não fechar a pesquisa dentro de um domínio disciplinar é uma resistência contra a “compartimentalização” dos saberes e uma luta contra a disciplina de um modo geral. Foucault (2006), em *La poussière et le nuage*, propõe não um encontro interdisciplinar entre historiador e filósofos, mas um trabalho comum de pessoas que buscam *des-disciplinar-se*.

Para repensarmos os atuais rumos da Política Criminal e Penitenciária no Brasil, é necessário que tenhamos um grande número de estudos empíricos que nos guie na formulação de novas propostas para a execução penal. A principal contribuição da criminologia para o desenvolvimento das ciências criminais e da sociedade como um todo está na possibilidade de apontar o tipo de racionalidade produzida pelos discursos e pelas práticas do sistema de justiça criminal, assumindo assim uma perspectiva crítica em relação às instituições de controle e em relação aos saberes que as sustentam. É nesse sentido que Nilo Batista (2001, p. 33) define a função da criminologia crítica:

A Criminologia Crítica procura verificar o desempenho prático do sistema penal, a missão que efetivamente lhe corresponde, em cotejo funcional e estrutural com outros instrumentos formais de controle social (hospícios, escolas, institutos de menores, etc.). A Criminologia Crítica insere o sistema penal – e sua base normativa, o direito penal – na disciplina de uma sociedade de classes historicamente determinada e trata de investigar, no discurso penal, as funções ideológicas de proclamar uma igualdade e neutralidade desmentidas pela prática. Como toda teoria crítica, cabe-lhe a tarefa de ‘fazer aparecer o invisível’ (Batista, 2001, p. 33)

Figueiredo Dias & Manuel da Costa Andrade (1997) ressaltam o papel da criminologia em orientar políticas sociais e criminais, na medida em que ela consiste também em “fazer injunções de acção dirigidas tanto aos agentes de aplicação das normas jurídico-penais ou aos seus destinatários individuais ou coletivos, como, em última instância à própria sociedade” (p. 98).

Nesse sentido, cabe à Criminologia refletir acerca da aplicação do direito penal e do funcionamento do sistema de justiça, aferindo o alcance das leis penais e o impacto delas sobre autores de crimes, vítimas e sociedade, de forma a enriquecer a discussão acerca da produção normativa e das escolhas políticas em termos de gestão da criminalidade.

A produção de dados empíricos permite que sejam (re) avaliados os rumos das ciências criminais, constituindo uma ferramenta importante para a reprodução e para a transformação do sistema de justiça criminal.

4 Pesquisa empírica na prisão

Nos estudos acerca da prisão, a pesquisa empírica é de extrema relevância. Olhares circunscritos podem dizer muito mais sobre as práticas na prisão do que uma tentativa de elaboração de uma grande teoria, por ao menos dois motivos. Primeiro, porque muito já foi escrito acerca da prisão, da ressocialização e de seu fracasso. Logo, uma forma de suporte para a construção de um novo saber criminológico que rompesse com as evidências seria a produção de um saber não universal e abstrato, mas concreto, situado em um espaço e tempo presente.

Além disso, a pesquisa de campo leva à percepção de minúcias e sutilezas da realidade observada. A prisão é por excelência o espaço do não-dizível – isto é, o que acontece e o que se sente na vida no cárcere não são temas facilmente verbalizáveis. Nesse espaço onde o uso da palavra é regulamentado e os discursos (des)legitimados a todo momento, o uso de ferramentas rígidas – como o questionário – nos dá acesso apenas a uma parte da história.

As coisas mais interessantes que se percebem na prisão são as que se falam ao pé do ouvido, pelas grades, pelos olhos, pelas mãos, tais como: o tom da voz, o cheiro característico do ambiente⁹, o “clima”, a forma de se vestir que denuncia a diferença social e institucional de seus personagens, as pequenas regulamentações e suas sutis transgressões.

9. Pelo cheiro, pode-se distinguir as diferenças entre as condições materiais de uma prisão para outra, de um setor para outro.

O emprisonamento isola a voz. A pesquisa de campo na prisão é uma possibilidade de fazer com que as vozes da prisão ecoem, e que de alguma forma a sociedade se volte para o debate em questão. Porém, muitos são os empecilhos e as barreiras criadas para a entrada do(a) pesquisador(a) na prisão, entre os quais pode-se destacar: autorização de entrada e permanência, acesso às pessoas institucionalizadas, burocracia dos comitês de ética, resistência dos funcionários, seleção externa dos espaços e das pessoas que conformarão o campo.

Em uma pesquisa situada em um espaço tão fechado como o prisional, mostra-se importante a reflexão acerca dos caminhos de inserção do campo, uma vez que eles desvelam os mecanismos de poder em funcionamento e permitem voltar ao objeto da própria pesquisa. Afinal, as entidades e pessoas da sociedade civil que querem cruzar os muros da prisão se deparam com dificuldades muito próximas às das pessoas que querem fazer dela um campo de pesquisa.

Se a negociação com o campo é uma questão chave para qualquer etnografia, ela adquire uma especial dimensão no espaço carcerário. Primeiro, porque nas prisões existem muitos segredos, os quais desde uma perspectiva foucaultiana são formas de poder político; por isso, evita-se a todo custo que eles sejam revelados a alguém estranho a esse espaço.

Para Mathiesen (1997, p. 275), a prisão se mantém enquanto elemento chave da punição, a despeito de todas as críticas e diagnósticos pessimistas, devido ao “caráter secreto da irracionalidade da prisão”. Para ele, este é um dos segredos mais bem guardados em nossa sociedade. O embate puramente racional à instituição prisional não é suficiente para que ela seja questionada, seria necessário que as pessoas percebessem suas idiossincrasias e seus paradoxos a partir de “um nível emocional mais profundo”.

Para o autor norueguês, três grupos de atores funcionam no sentido de proteger a instituição prisional e o segredo de sua irracionalidade: os administradores do sistema (que são disciplinados, cooptados e leais à instituição que representam), os pesquisadores e intelectuais, e os meios de comunicação em massa.

Segundo o ponto de vista de Mathiesen, ao qual aderimos, dois caminhos se apresentam ao cientista social: i) produzir um saber que legitime e mascare o caráter seletivo e violento do sistema; ou ii) trabalhar para trazer à tona dados acerca do funcionamento real das instituições de justiça criminal. Ao escolher o segundo caminho, um dos primeiros desafios do pesquisador será a resistência dessas instituições em se deixar conhecer. É justamente na tentativa de superar tais barreiras que o pesquisador começa a desvelar o funcionamento do seu objeto de estudo.

5 Os muros da prisão e a entrada do pesquisador

Assim como ocorre em outras instituições fechadas, a pesquisa nas prisões apresenta desafios particulares para os pesquisadores. O fechamento da instituição em relação ao seu entorno é uma estratégia de defesa do monopólio de um saber-fazer institucional, determinante na constituição da dinâmica prisional.

O processo para conseguir autorização de entrada nas penitenciárias não obedece a uma lógica linear, e suas decisões não tem força definitiva, estando sempre sujeitas às intempéries sociais e às conjunturas políticas. Logo, a condição de permanência do pesquisador no cárcere é sempre precária e provisória. Isso exige que o pesquisador adapte seu projeto de pesquisa às restrições institucionais.

Além da dificuldade de acesso e das questões éticas que envolvem pesquisas com populações vulneráveis, a prisão é um espaço de dor e de sofrimento, que inevitavelmente impacta psíquica e emocionalmente quem atravessa os seus muros.

Uma característica intrínseca à instituição prisional é seu hermetismo. O fechamento em relação ao entorno social subsiste em todas as prisões e se manifesta como um mecanismo de defesa contra a incursão de práticas e pessoas que tensionem a instituição.

A entrada no cárcere de pessoas estranhas à sua dinâmica é vista como uma ameaça ao controle e à segurança. O discurso institucional se vale desse argumento para restringir o acesso dessas pessoas. Porém, com seu hermetismo, a instituição tenta pre-

servar algo além da ordem: o monopólio sobre os “modos de saber-fazer” na prisão.

De acordo com Goffman (2005), uma instituição total é composta por basicamente dois grupos de atores: os dirigidos e os dirigentes. O primeiro é mais numeroso, formado pelos internos, e o segundo é menor, formado pelos dirigentes e pelos demais funcionários. Ainda que se possa questionar o caráter total da prisão (ainda mais no Brasil), a dinâmica prisional se compõe de atores com papéis definidos. O pesquisador e o voluntário não encontram seu correspondente nesta classificação, e o fato de ocupar um “lugar institucional indefinido” já é suficiente para que sua presença seja elemento perturbador da dinâmica prisional.

Logo, quanto menos o “estranho” tensionar essa lógica binária, melhor para a administração prisional. A aceitação no meio institucional está vinculada diretamente ao posicionamento nessa dinâmica: quanto mais identificado com a equipe dirigente e quanto mais afinado com os propósitos institucionais, mais fácil será a negociação de entrada e a permanência nesse campo.

De acordo com Roldán Barbero (2009),

El problema de estas investigaciones (en espacios cerrados) es el de la excesiva dependencia del observador a la institución. La administración habrá de conceder previamente un permiso y, normalmente, lo condicionará a la realización de una actividad que no complique los intereses institucionales. En el caso de la prisión, el permiso lo supeditará a la participación del estudioso en tareas de reeducación y reinserción social, tal como estas actividades son entendidas por el sistema penitenciario. Por eso, son grupos, religiosos o civiles, previamente organizado en asociaciones, los más aptos para conocer de cerca la vida penitenciaria. Un investigador independiente, no perteneciente a estas asociaciones, es un personaje en principio extraño al mundo de la prisión. (p. 119)

A fim de superar os previsíveis obstáculos para entrada no campo prisional, o desenho estratégico dessa pesquisa começou com a eleição do tema. A escolha

por estudar as pessoas da sociedade civil que entram no cárcere – colocando o foco em um lado aparentemente “iluminado” da prisão – certamente facilitou o acesso ao campo prisional, ao mesmo tempo em que afastou o acesso aos seus espaços mais sombrios. Segundo Roldán Barbero (2009),

Aun con estas dificultades iniciales, el permiso puede obtenerse, pero por si mismo no proporciona una libertad plena al investigador. Éste puede tropezar con no pocos obstáculos si se adentra por vericuetos no deseados por la institución. (p. 119)

Na referida pesquisa, a escolha de entrar na prisão acompanhando o trabalho das entidades da sociedade civil¹⁰ se mostrou importante como estratégia, não só para legitimar o trabalho perante a administração prisional, mas também porque essas entidades foram mediadoras da entrada nos estabelecimentos prisionais. A associação com personagens já familiarizadas com o mundo prisional é um dos meios para superar a desconfiança com que é tratado o pesquisador – figura externa e estranha àquele universo.

6 Reintegração social: recorte do objeto

A partir de uma abordagem empírica, buscou-se na pesquisa de doutoramento discutir a concepção teórica e prática da reintegração social, a partir das diversas formas que a intervenção da sociedade civil assume no cárcere. O foco da análise esteve nos programas de intervenção crítica no contexto penitenciário, vislumbrando-os como possibilidades de construção de uma nova política de verdade acerca do preso e da prisão.

Para fins da referida pesquisa, entendeu-se a reintegração social como uma experiência de inclusão social, com a finalidade de diminuir a distância entre sociedade e prisão, que conta com a participação ativa do apenado e de pessoas de fora do cárcere; a partir dos seguintes pressupostos:

10. A entrada da prisão se deu sempre junto de uma das organizações da sociedade civil analisadas na pesquisa, uma vez que o objetivo era observar a dinâmica desses grupos na prisão. A escolha e perfil das entidades serão apresentados no item a seguir (o campo da pesquisa).

- A. realização de um trabalho no cárcere realizado pela sociedade civil com o fim de diminuir as fronteiras entre sociedade e prisão;
- B. propostas centradas em experiências significativas de inclusão social;
- C. reconhecimento da dignidade e da “normalidade” da pessoa presa;
- D. participação ativa e voluntária dos encarcerados, nas atividades desenvolvidas em âmbito prisional;
- E. corresponsabilização da sociedade no processo de reintegração social;
- F. não instrumentalização da interação sociedade-cárcere como um meio de readaptação ética do indivíduo preso.

Nesse sentido, a reintegração social foi concebida não como função da pena, mas como uma possibilidade de minimizar seus efeitos. A seguir, reproduzo um trecho de entrevista com Lourdes¹¹ uma agente de segurança penitenciária¹² na qual ela sintetiza a reintegração social:

Reeducar e reintegrar são palavras’ pesadas, porque a pessoa já foi educada, já foi... Acho que reintegrar é melhor do que reeducar até, porque a pessoa já foi educada e reeducar é complicado, é como se você fosse lá, apagasse todos os conceitos que ela tem e crie conceitos novos na mentalidade dela... Reintegrar já é um pouco mais fácil, por quê? Porque você vai tentar só pegar a pessoa que está excluída, tentar embutir conceitos novos e possibilitar que ela retorne ao meio social. A única coisa que tenho pra te falar, a importância de tentativa dessa reintegração é grande.

Logo, o que diferencia um projeto de reintegração social em relação ao projeto das chamadas ideologias “res” (ressocialização, reeducação, reabilitação) é que a intervenção com fins de reintegração social não busca a reforma moral do indivíduo, mas sim a redução do impacto do emprisonamento sobre a

pessoa presa. Para tanto, ela deve se focar não no preso, mas na inter-relação social que abrange Estado, prisão e sociedade civil, de forma que esses sujeitos se comprometam na medida de sua responsabilidade e que diminua o impacto do encarceramento sob a pessoa presa.

Pela perspectiva da reintegração social, o diálogo entre comunidade, academia e prisão tem a potência de flexibilizar o fechamento característico da instituição prisional, possibilitando assim a redução do impacto da prisão sobre a vida do condenado e de todos que de alguma forma se relacionam com ele, podendo levar a uma diminuição qualitativa da “prisionização”¹³.

A aproximação de segmentos historicamente antagônicos possibilita uma identificação de seus atores, não no sentido de criar laços pessoais entre eles, mas no de permitir que um se reconheça na humanidade do outro. O desenvolvimento da alteridade – da aceitação do outro – pode levar à reavaliação das necessidades sociais e psíquicas da punição e da prisão, possibilitando assim uma diminuição quantitativa do encarceramento.

7 O campo de pesquisa

A referida pesquisa partiu do conceito de reintegração social para analisar em que medida as práticas realizadas em alguns estabelecimentos prisionais concretizavam os pressupostos e os objetivos dessa proposta. O campo na Catalunha foi realizado entre setembro de 2010 e junho de 2011. Já no primeiro semestre de 2010 e o segundo de 2011, foram objeto de pesquisa algumas ações relevantes da sociedade civil no Estado de São Paulo.

A pesquisa de campo se desenvolveu em três etapas. A primeira consistiu em um levantamento exploratório dos trabalhos que vem sendo realizados em

11. Os nomes foram trocados de forma a preservar o anonimato dos entrevistados.

12. Realizada na Penitenciária José Parada Neto (Guarulhos - SP) em julho de 2010.

13. Entende-se por prisionização o impacto da prisão na identidade da pessoa encarcerada, consistente na desadaptação para a vida em liberdade e na assunção das atitudes, linguagem, costumes e valores da cultura prisional. Uma reflexão aprofundada acerca desta temática foi desenvolvida em pesquisa anterior, publicada sobre o título Preso pelo estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a identidade do preso (Braga, 2013).

estabelecimentos prisionais (paulistas e catalães), e de informações relacionadas à reintegração do preso. Na *segunda*, foram selecionados, dentro desse universo, os projetos que comporiam efetivamente o campo de análise da presente pesquisa. E, a *terceira* consistiu na pesquisa empírica e posterior análise comparativa e reflexiva dessas experiências.

De início, foi realizada uma pesquisa exploratória (por meio da internet) com o objetivo de fazer um breve mapeamento¹⁴ das ações inovadoras de reintegração social no Estado de São Paulo. Na Catalunha, além da pesquisa na *internet*, solicitei informações ao Departamento de Justiça, que me disponibilizou uma lista com 21 entidades voluntárias ou colaboradoras que atuavam no sistema prisional. Esta lista serviu de guia para a pesquisa na internet, e posterior seleção das entidades que comporiam o campo. Alguns dos projetos/grupos apresentados na pesquisa exploratória seguiram caminho contrário. Tomou-se conhecimento deles na literatura especializada, no contato com as pessoas do meio ou da experiência profissional, e depois, buscou-se a referência na internet.

A partir da pesquisa exploratória foram reunidas uma série de informações acerca de projetos realizados nos cárceres do Brasil e alguns no exterior. Foram selecionados oito grupos com base em três critérios de seleção: natureza do projeto (reintegração social); localidade em que foi implementado (São Paulo/ Catalunha); e, o período em que se desenvolveu (preferência para projetos em desenvolvimento).

No campo da Catalunha foram selecionados os seguintes grupos para serem analisados em profundidade: *Justícia i Pau*; *Fundació Autònoma Solidària*; *Teatro dentro*; e *Abrir la Càrcel*. Enquanto em São Paulo foram escolhidos: *Projeto Quem somos nós?*; *Curso transdisciplinar de criminologia penitenciária e execução penal*; *Leitura ativa*; e *TV Cela*. Além desses oito grupos, analisou-se em profundidade o trabalho do *Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade (GDUCC)*.

14. Dois foram os caminhos da pesquisa na internet: a) a ferramenta de busca (*Google*) com as palavras “reintegração social”, sociedade civil + prisão, ressocialização, entre outras combinações; b) em sites de instituições reconhecidas por sua atuação (institucional ou não) no campo penitenciário.

8 O pesquisador e o voluntário: mediadores de dois mundos

Ainda que se possam encontrar continuidades entre a prisão e a “vida em sociedade”, os muros delimitam o dentro e o fora, tanto no âmbito social quanto no âmbito espacial. Entre os presos brasileiros, o uso da expressão “mundão” para designar o que está fora é significativo nesse sentido.

Porém, o caráter “total” das instituições prisionais deve ser relativizado, uma vez que o dentro e o fora podem ser percebidos mais como continuidade do que como ruptura. A prisão conta com canais que atravessam seus muros, por meio dos quais entram e saem informações, mercadorias, valores e algumas pessoas. Dentre as pessoas que realizam o circuito dentro-fora, sem pertencer ao quadro institucional do cárcere, estão as entidades da sociedade civil e os pesquisadores que ali entram.

Esses dois personagens podem ser vistos como mediadores de “dois mundos”. Tal ação guarda analogias com a figura do porteiro, do mensageiro, ou do contrabandista, isto é, com todo aquele que habita os dois universos, o de dentro e o de fora¹⁵.

O papel do pesquisador na prisão aproxima-se do voluntário, na medida em que adentra um espaço de segredos, desvela alguns e torna-os públicos. E por outro lado, a vontade de saber do pesquisador – e a vontade de fazer do voluntário agregam outros elementos ao cotidiano prisional, tais como outros assuntos, outro vocabulário, outra dinâmica, outra relação de gênero, etc.

A ideia de que as pessoas da sociedade civil “trazem a rua” ou “um ar fresco” para dentro do cárcere foi muito comum nas entrevistas com os participantes dos projetos analisados na pesquisa. Nesse sentido, destaca-se algumas frases das entrevistas¹⁶ realizadas com presos participantes do GDUCC acerca do projeto: “você trazem o que está acontecendo lá fora e nós aqui dentro”; “é o elo de ligação entre nós

15. Interessante marcar que um dos projetos etnografados na Catalunha, *Teatro dentro* montou uma peça de teatro com um grupo de presos chamada “Las fronteras entre tu y yo”.

16. Entrevista de nº 3, 7 e 8 realizadas em julho de 2010 na Penitenciária Parada Neto.

(presos) e sociedade, que há muito vem nos estigmatizando”; “o trabalho [do GDUCC] é interessante tira a gente do mundo da cadeia. Começa a ter outra visão. Tira a gente da cadeia e leva lá pra fora”.

Na Catalunha, voluntárias entrevistadas esboçaram percepções muito parecidas. Estrella, voluntária da *Associació Som-hi* que trabalha há quatro anos em uma penitenciária feminina oferecendo oficinas de artesanato, diz que as presas “valoran el aire fresco que los voluntarios aportan”. A mesma metáfora foi usada por Montse, uma voluntária que realiza acompanhamento educativo pela entidade *Obra Social Santa Lluïsa Marillac*: “os voluntários levam ar fresco e oferecem aos outros a oportunidade de se expressarem livremente, e de aproveitar de um tempo e espaço aonde podem ser pessoa, dar-se e sentir-se observado de uma forma diferente da qual são vistos na prisão. Eles podem se expressar e remover preocupações e sofrimentos”.

9 O impacto da sociedade civil na prisão

O contato horizontal entre presos e uma organização política externa causa importantes distúrbios nos aspectos das funções sociais do emprisonamento na nossa sociedade. Causar distúrbios nessas funções pode ser considerado resistência porque indiretamente afeta algumas características essenciais da estrutura social. (Mathiesen, 1974, p. 77, tradução livre)

Na análise da ação da sociedade civil na prisão, depara-se com uma ampla gama de entidades que se diferenciam entre si quanto à sua história, à sua natureza, à sua proposta, à sua metodologia, etc. Apesar da diversidade dos tipos de ações, algumas aproximações podem ser feitas quanto ao impacto das ações da sociedade civil no cárcere.

Nas entrevistas com os presos participantes dos projetos de intervenção da sociedade no cárcere¹⁷, aparece uma percepção comum a quase todos eles: a de que a atividade os ajuda a “sair um pouco da prisão”, ou ainda, a de que por alguns (breves) momentos a

interação que se cria com os voluntários os faz “esquecer que estão na prisão”.

Ainda que tenham diversas metodologias e objetivos, parece que a ação da sociedade civil serve, aos olhos dos internos, como uma forma de aliviar o fastígio e a monotonia da vida e conversas no cárcere e de alguma forma relativizar o sentimento de “prisionização” que acompanha a vida no cárcere.

Para Rivera Beiras, qualquer iniciativa social, política ou educativa que pressuponha a entrada na prisão de diversos setores sociais – além das visitas pontuais e ensaiadas – pode contribuir para a mudança na percepção de distância e de estranhamento entre sociedade e cárcere, processos que autor argentino denomina *lejanía y ajenidad*, respectivamente (Rivera Beiras, 2009, p. 489).

A ação da sociedade no cárcere tem um impacto no ambiente interno e na sociedade. A difusão do universo carcerário na sociedade através dos meios de comunicação, principalmente a partir das chamadas novas tecnologias (internet, redes), as quais podem “provocar o efeito de amplificar na sociedade toda uma quantidade de vivências, acontecimentos, iniciativas, etc. que normalmente vivem ‘fechadas’ no isolamento prisional” (Rivera Beiras, 2009, p. 491).

Independentemente da intenção da entidade da sociedade civil no espaço prisional, sua atuação impacta a dinâmica penitenciária. A presença de “pessoas estranhas” no ambiente prisional leva a um deslocamento espacial de funcionários e presos e confere outra destinação aos espaços institucionais. Há uma ruptura (momentânea) do isolamento entre prisão e entorno social, o que pode atenuar (levemente) o processo de “prisionização” por que passa o indivíduo.

Esses “atores de fora” travam, ainda que inconscientemente, uma disputa sobre o modo de “saber fazer” com o pessoal penitenciário e relativizam a tendência do cárcere de ocultar o que se passa no seu interior. Ainda que controlada, interação social entre preso e voluntário cria um espaço de fala e de propagação de verdades normalmente abafadas pelo dispositivo carcerário.

O adjetivo “voluntário” da ação da sociedade civil

17. Outras pesquisas também apontam essa tendência, ver Braga (2013) e Graciano (2010).

no cárcere reforça o sentido benevolente e caritativo dessa ação. Por conta disso, Valverde Molina (1997, p. 159) propõe a utilização do termo “iniciativa social”, como forma de enfatizar o compromisso social que porta a ação voluntária.

Nesse sentido, mostra-se interessante nomear essas ações de intervenção. Intervir está ligado à atuação sobre uma realidade específica ou sobre configurações políticas próprias, com o objetivo de transformar e de dar novos usos ao espaço social determinado.

Pelo fato de ser um ator externo, a importância da presença da sociedade civil no contexto penitenciário passa pela função de fiscalização e de denúncia social. Porém, as instituições da sociedade civil que entram no cárcere têm pouca autonomia em relação aos objetivos que podem ser atribuídos à instituição prisional (neutralização e retribuição). Os dados de campo, tanto em contexto paulista como catalão, apontam para o controle e absorção dessas atividades por parte do poder público.

Contudo, um marco distintivo dessas formas de atuação consiste no enfrentamento (ou não) da “direção política do sistema penitenciário” (Valverde Molina, 1997, p. 151). Qualquer que seja a ação, ela pressupõe uma tomada de posição em relação à instituição penitenciária, um nível de cumplicidade com o dispositivo de controle, um comprometimento com um projeto, um compromisso desde um determinado ponto de vista.

Para Valverde Molina (1997, p. 159), a reflexão que necessariamente antecede a ação voluntária é sobretudo ideológica, e dela derivam dois tipos de posicionamentos: i) uma atitude crítica em relação à prisão e à “intervenção social” – e, portanto, uma atuação implicada social e politicamente; ou ii) o voluntariado realizado a partir da crença que a administração penitenciária não usa todos os meios possíveis para a ressocialização – nesta posição, o voluntário corre o risco de colaborar para a continuidade de um modelo institucional fracassado.

A primeira atitude corresponderia a uma crítica estrutural à instituição prisão e a seus objetivos. A segunda limita-se a uma crítica conjuntural do sistema prisional, a partir da crença de que uma “boa prisão” é possí-

vel. Da mesma forma, poderíamos falar aqui em ações revolucionárias e reformadoras, respectivamente.

Na sua já clássica obra *Visions of Social Control*, Stanley Cohen apontava essa tendência. Desde a década de 80 do século passado, Cohen (1985, p. 66) diagnosticava o recrutamento do voluntário, em quase todos os âmbitos do sistema de controle, como uma forma rápida e crescente de privatização. Dois fatores foram motivadores de tal crescimento: i) cortes orçamentários que ocasionaram um espaço de atuação no sistema; ii) crescimento da ideologia do envolvimento comunitário. A combinação desses dois fatores o declínio dos serviços sociais acompanhado da expansão da rede social comunitária – levou ao crescimento do fenômeno do voluntariado.

Uma agência não estatal deveria ser orientada para o cliente, com participação voluntária e autônoma em relação ao sistema de controle. Porém, a autonomia é comprometida pela dependência que essas agências têm em relação ao próprio sistema de controle – já que precisam dele para entrada nos espaços prisionais e, muitas vezes, até para manutenção econômica da entidade.

Ao analisar a atuação das agências privadas na década de 80 nos Estados Unidos, o autor verificou que, a longo prazo, as agências – principalmente as exitosas – não se mantiveram privadas, tendo sido cooptadas e absorvidas pelo aparato estatal formal. Essa mesma tendência se repete em relação às “organizações de autoajuda radicais” (*radical self-help organizations*), que originalmente tinham uma relação de antagonismo com o sistema de justiça estatal (Cohen, 1985, p. 65-66).

A resignação do voluntário frente às condições que lhe são impostas acaba por convertê-lo num funcionário sem salário. Será visto pelos presos como tal – o que dificulta a possibilidade de alguma mudança na dinâmica social do cárcere.

A prisão aceita mais facilmente (ou ao menos, recebe com menor resistência¹⁸) aqueles que colaboram

18. Não nos iludamos, a prisão é por sua natureza fechada, tende a rechaçar a entrada de qualquer coisa que venha de fora, ainda que atuem com vista à realização das finalidades declaradas da pena

com ela, os que não ouvem e que não falam além do discurso institucional. A papelada segue mais rápido pelos trâmites burocráticos – quando os segue. A atividade pode ser incorporada à rotina da prisão e muitas vezes essas novas ideias são compradas pela Administração Prisional, que passa a lhes dar suporte e a propagar a ação por diversos centros.

Na maioria dos casos, aderir ao objetivo institucional e manter cumplicidade com os mecanismos de poder que ali atuam são condições básicas para a atividade do voluntário em ambiente prisional. Um grupo que se queira manter crítico e que objetive afrontar o dispositivo carcerário enfrentará dificuldades políticas e econômicas para sua manutenção. Sempre se preferirá conceder autorização de entrada e subvenções a ações que assumam a perspectiva institucional e que não perturbem a ordem posta – ou seja, aos “grupos menos críticos” (Valverde Molina, 1997, p. 162).

Quando a intervenção resulta conflitiva e abala a tranquilidade institucional, é muito provável que não durará muito. A direção é quem tem a última palavra em relação a quem entra e a quem não entra no Centro Penitenciário. Por meio desse controle, e de modo camuflado em infinitas escusas burocráticas, a instituição rechaça a permanência de qualquer elemento perturbador.

10 Catalunha e São Paulo: contrastes e matizes

A sociedade catalã tem características peculiares que se manifestam nas relações sociais e influenciam a dinâmica prisional, a relação sociedade-cárcere e os projetos realizados nos estabelecimentos prisionais. Três delas merecem destaque na presente análise: o tamanho do sistema penitenciário, a cultura catalã do associativismo e as condições materiais de uma prisão situada na Europa Ocidental.

O sistema prisional catalão conta com boa infraestrutura, assim como uma quantidade razoável de recursos materiais e humanos – características que são ressaltadas no contraste com a realidade brasileira.

privativa de liberdade. Conforme pude constatar na fala de alguns voluntários “cooperadores”.

Contudo, este contraste deve ser matizado pelo fato do sistema catalão representar cerca de 10% do tamanho do sistema penitenciário paulista.¹⁹

Desde 1984, a *Generalitat de Catalunya* tem autonomia em temas de execução penal e vem desenvolvendo mecanismos (eficazes) de governo do território e da população prisional. As dimensões relativamente pequenas do espaço punitivo contribuem para que ele seja mais bem esquadrihado.

O *Departament de Justícia* tem controlado mais de uma centena de instituições colaboradoras e voluntárias – representantes do espírito catalão do associativismo, às quais permite entrar nos Centros Prisionais. Grande parte do que acontece no cárcere está legislado, planejado, regulamentado. Como consequência dessa dinâmica de cooptação por parte do Estado, os grupos com discursos mais críticos tendem a ficar à margem, alijados de um campo de disputa importante: a própria prisão.

Diferentemente do Brasil, além do estabelecido e do autorizado pelo Estado, na Catalunha não parecem se formar “linhas de fuga”, ou seja, é muito difícil de realizar uma atividade sem passar pelo controle central estatal. O sistema lança mão de uma série de instrumentos para controlar a interação que vem de fora e os atores da sociedade civil: burocracia no cadastro, curso de formação, designação das atividades a serem desenvolvidas, fiscalização, os quais limitam as possibilidades e os objetivos de atuação no espaço prisional.

Já no campo prisional paulista a negociação do que acontece na prisão é realizada a nível local²⁰ e compartilhada com os presos (e seus coletivos). O poder

19. Catalunha conta com 15 centros penitenciários e São Paulo 157 unidades prisionais. Fontes: <http://www20.gencat.cat/portal/site/Justicia> e <http://www.sap.sp.gov.br/>, respectivamente, acesso 01/10/2013. Interessante pontuar que passados dois anos do fim do campo na Espanha, a Catalunha segue com o mesmo número de centros penitenciários, enquanto São Paulo incorporou 8 novos estabelecimentos ao seu sistema entre os anos de 2011 e 2013.

20. Contudo, pode-se apontar uma outra tendência na atitude atual de alguns governos estaduais de criar órgãos específicos para o controle de pesquisadores e projetos a serem realizados no cárcere, geralmente vinculados às Secretarias de Administração Judiciária, ou em outros casos, de Justiça.

do controle sobre o espaço prisional é exercido de forma descentralizada e discricionária, nesse cenário os diretores dos estabelecimentos, funcionários e os presos são atores políticos importantes, os quais são determinantes para entrada e permanência do projeto. O aparato estatal não é eficaz no controle das interações dentro da prisão e dela com seu exterior. Daí que se questione o caráter “total” de nossas instituições, onde o dentro e o fora podem ser percebidos mais como continuidade do que como ruptura.²¹

O poder estatal, de forma geral, não tem controle da dinâmica prisional, e é justamente a ineficiência brasileira, que faz o espaço um pouco mais permeável à atuação de grupos da sociedade civil com diferentes propostas.

A dimensão e precariedade das instituições e uma configuração política específica do campo prisional paulista contribuem para que aqui surjam *grietas*, *agujeros*, espaços com (certa) liberdade de ação que escapam da normatização institucional. Parece ser justamente a existência de inúmeras fissuras no esquadriçamento do território carcerário em São Paulo que permite os caminhos de resistência – estes tão difíceis de serem trilhados frente à eficiência catalã.

11 Considerações Finais: a permanência no cárcere e o jogo da prisão

Assim como ocorre com o pesquisador, diante do fechamento característico da instituição prisional, o primeiro desafio para as entidades que queiram realizar projetos na prisão é conseguir se inserir nesse espaço pouco permeável à entrada da sociedade civil.

O início de um projeto no cárcere não é garantia de sua continuidade. Ao contrário, a permanência de pessoas externas à dinâmica prisional depende de sua capacidade para “jogar o jogo da prisão” e da posse de capitais sociais e simbólicos valorizados nesse jogo. A abertura do cárcere para a sociedade está sujeita a uma série de circunstâncias externas e independentes das entidades da sociedade civil, as quais podem comprometer a continuidade da intervenção.

21. Nesse sentido, ver as produções acerca das redes e dos códigos do mundo do crime além da prisão de Feltran (2011) e Telles (2010).

Em entrevistas com coordenadores e voluntários dos grupos da sociedade civil que realizam projetos na prisão, apareceram dificuldades comuns às suas intervenções no cárcere, dentre as quais:

- // a falta de referências de outros trabalhos, que possibilitem aprender com os erros e acertos de outra experiência, trazendo o conhecimento de outros *modos de fazer*;
- // dificuldades pessoais para a realização de um projeto no cárcere. O impacto físico e emocional de estar em uma prisão, o delicado equilíbrio entre a compreensão e o enfrentamento;
- // apurar o conhecimento sobre o funcionamento daquele espaço, pensar as redes de poder (e o nosso lugar nelas), descobrir os limites do trabalho e as linhas de fuga, dialogar com os tempos e com as burocracias da prisão, com as interferências externas e internas, e ainda, com a presença das facções criminosas (em São Paulo).

Passadas as dificuldades iniciais, a continuidade do projeto na prisão depende da capacidade e da habilidade política do grupo em sobreviver àquele contexto. Na experiência frente ao GDUCC e nos grupos analisados durante o percurso de pesquisa, foram identificados dois riscos comuns às entidades: o de serem absorvidas pela instituição ou de serem expurgadas do espaço prisional. Tais riscos estão associados ao posicionamento das entidades frente aos limites e aos papéis impostos pela instituição. Ao tentar preservar a sua autonomia, o voluntário anda na corda bamba, com o risco sempre presente de sair da linha e do jogo.

O principal desafio dos grupos que entram na prisão passa a ser o de preservar a autonomia do projeto frente ao exercício do poder institucional, que integra e domestica as ações que desafiam as configurações de poder no espaço prisional.

A produção do discurso institucional constitui o exercício de um poder que demarca o espaço que deve ser ocupado por aquele que vem de fora; o voluntário limita-se a estar no espaço que lhe foi designado, sem questionar a orientação institucional, principalmente em público.

Valverde Molina (1997, p. 159) adverte que o controle

institucional da prisão pode converter o voluntário em “mero colaborador, incondicional e silencioso, da instituição”. Se a entrada do voluntário não chega a perturbar a ordem prisional, não afetando sua dinâmica e rotina, isto é um sinal de absorção da ação voluntária por parte da instituição.

Ainda que a maioria dos grupos estudados tivessem metas e discursos muito próximos à perspectiva da reintegração social, nem sempre as intervenções no cotidiano prisional eram no sentido de diminuição qualitativa e quantitativa do cárcere.

Nesse sentido, defendemos que uma intervenção com o fim de reduzir o impacto da prisão na pessoa presa deve ter como objetivo mais amplo a modificação das estruturas penitenciárias. Na ausência desse objetivo corre-se o risco, a longo prazo, de as intervenções serem capturadas pela instituição prisional, de forma que a sociedade civil organizada seja instrumentalizada como poder disciplinar e de controle sob o indivíduo preso, em vez de reduzir os impactos e as rupturas causadas pelo sistema de justiça criminal.

A potência da intervenção da sociedade civil está na criação de espaços mais democráticos no interior dos cárceres e na diversificação das relações sociais no espaço prisional. Além disso, a presença de pessoas estranhas à dinâmica prisional relativiza a opacidade característica da prisão, incrementando o controle externo e a proteção contra os abusos de poder. E, a longo prazo, ela pode influenciar na direção política do sistema penitenciária e na forma de a sociedade se relacionar com o cárcere.

De tal sorte que a pesquisa empírica na prisão se inscreve no questionamento do tempo presente, desafiando as certezas e irredutibilidades a partir da perspectiva passada e futura: “nem sempre fomos o que somos, nem sempre seremos o que somos” (Foucault, 1995, p. 180). A partir do conhecimento das formas concretas que a prisão assume na atualidade, é possível questionar as práticas e os discursos que sustentam essa instituição falida há mais de dois séculos e repensar o lugar que a prisão ocupa na sociedade e nos indivíduos que a compõem.

////////////////////////////////////

12 Referências

- Baratta, A. (1981). Criminologia e dogmática penal. Passado e futuro do modelo integral de ciência penal. *Revista de direito penal*, 1 (31), 5-37.
- Batista, N. (2001). *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro* (4 ed). Rio de Janeiro: Revan.
- Braga, A. G. M. (2012). *Reintegração social: discursos e práticas na prisão - um estudo comparado* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Braga, A. G. M. (2013). *Preso pelo estado e vigiado pelo crime: as leis do cárcere e a construção da identidade na prisão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Castro, L. A. de. (2005). *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan.
- Cohen, S. (1985). *Visions of Social Control: Crime, Punishment and Classification*. Cambridge: Polity.
- Dias, J. F., & Andrade, M. da C. (1997). *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra.
- Feltran, G. de S. (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: UNESP/CEM.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow, & H. Dreyfus. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006). *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Garcia-Pablos de Molina, A. (1999). *Tratado de Criminología: Introducción, modelos teóricos explicativos de la criminalidad, prevención del delito, sistema de respuesta al crimen* (2 ed). Valencia: Tirant lo Blanch.
- Ginzburg, C. (1991). *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Goffman, E. (2005). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Graciano, M. (2010). *A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Brasil.
- Kuhn, T. S. (2005). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Mathiesen, T. (1974). *The politics of abolition*. London: Martin Robertson.
- Mathiesen, T. (1997). O caminho do século XXI- Abolição, um sonho impossível? In E. Passetti, & R. B. Dias da Silva (Orgs). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCRIM.
- Rivera Beiras, I. (2009). *La cuestión carcelaria. Historia, epistemología, Derecho y política penitenciaria* (v. I). Buenos Aires: Editores del Puerto.
- Roldán Barbero, H. (2009). *Introducción a la investigación criminológica*. Granada: Comares.
- Sá, Alvino Augusto de. (2011). *Criminologia clínica e execução penal - proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Shecaira, S. S. (2012). *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Sutherland, E., & Cressey, D. (1996). *Criminologia*. Milano: Giuffrè Editore.
- Tappan, P. (2009). What is crime? In T. Newburn (Ed.). *Key readings in criminology*. Cullompton: Willan Publishing.
- Telles, Vera da Silva. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- Valverde Molina, J. (1997). *La cárcel y sus consecuencias. La intervención sobre la conducta desadaptada*. Madrid: Editorial Popular.